

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Noções de Sustentabilidade.....	13
3. Noções De Direitos Humanos E Fundamentais E De Acessibilidade	25
4. Noções De Administração Pública (Para Todos Os Cargos, Exceto Para O Cargo T01 - Técnico Do MPU/ Administração)	43
5. Legislação Institucional	57
6. Noções De Direito Administrativo (Para Todos Os Cargos, Exceto Para Os Cargos T01 - Técnico Do MPU/ Administração E A07 - Analista Do MPU/ Direito)	65
7. Noções De Perícia Em Processo Civil (Somente Para Os Cargos De Perito)	81

LÍNGUA PORTUGUESA

1. FGV - 2024

Assinale a opção que apresenta as duas palavras que devem ser grafadas com es e não com ex.

- (A) Excremento / expurgo.
- (B) Excusar / expontâneo.
- (C) Excomungar / expressar.
- (D) Extirpar / extorquir.
- (E) Exterminar / extremoso.

2. FGV - 2024

Um cartaz de rua dizia:

Atenção, cidadãos! Tá proibido jogar lixo aqui nesse local público!

Sobre essa frase, assinale a observação incorreta.

- (A) “Cidadões” é plural errado de “cidadão”.
- (B) “Tá” é forma diminuída de “Está”.
- (C) “lixo” é forma errada de grafar “licho”.
- (D) “Aqui” pode ser retirado da frase, sem prejuízo.
- (E) “público” se refere algo de uso comum a todos.

3. FGV - 2024

Assinale a opção que mostra uma impropriedade léxica, ou seja, um emprego inadequado da expressão “cerca de”.

- (A) Havia cerca de três dúzias de convidados no final da festa.
- (B) Chegaram cerca de 100 cartas no mesmo dia.
- (C) Cerca de 18 lojas fecharam as portas mais cedo.
- (D) Os cantores receberam cerca de uma centena de convites.
- (E) A plantação produziu cerca de uma tonelada de legumes.

4. FGV - 2023

Texto 2

Por que a pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40? (adaptado)

Uma dica: tem a ver com o jeu de paume, ancestral do tênis atual.

Por Maria Clara Rossini

A hipótese mais provável tem a ver com o jogo de palma (jeu de paume), modalidade francesa da qual o tênis é descendente. A principal diferença entre os dois é que, em vez da raquete, antigamente os jogadores usavam a mão mesmo para rebater a bola. Cada jogador ficava a 60 pés (18 metros) da rede.

Os pontos eram contados de um em um. A cada vez que um jogador marcava, ele deveria se aproximar 15 pés da rede. Depois, mais 15 pés (ficando a 30 pés do início da quadra). É de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproximasse mais 15 pés – só que essa posição ficava muito próxima da rede, o que aniquilaria o desempenho do participante. O jogador, então, tinha de se aproximar só mais 10 pés, totalizando 40 de distância da sua posição inicial em vez de 45.

Acontece que também existem registros de jogos de tênis que seguiam a ordem “15, 30 e 45”. Um poema escrito no século 15, por exemplo, narra uma partida de tênis entre o rei Henrique

5º, da Inglaterra e um nobre francês – e utiliza o 45 na contagem. O mesmo ocorre em uma poesia escrita pelo duque Charles de Orleães, da mesma época.

Esse tipo de registro coloca uma dúvida na cabeça dos historiadores do esporte. Uma hipótese que justificaria o “45” é o uso de relógios como ferramenta de marcar a pontuação do jogo. Cada quarto de hora representaria um ponto, e quem conseguisse dar a volta primeiro ganhava. Apesar de fazer algum sentido, não há evidências do

uso de relógios para esse fim. É provável que muitos passaram a usar o 45 simplesmente por ser uma progressão mais natural, com intervalos uniformes. Mesmo assim foi o 15, 30, 40 que vingou. O jeu de paume agradece.

Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/por-que-a-pontuacaonos-jogos-de-tenis-segue-a-ordem-15-30-e-40>

“Por que a pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40?” (Texto 2, Título)

No título do texto 2, vemos a grafia “Por que”, que está em conformidade com a ortografia oficial do português. A alternativa em que um “porquê” está grafado de forma INCORRETA é:

- (A) O motivo porque a pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40 tem a ver com o jogo de palma;
- (B) Os estudiosos explicaram por que a pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40;
- (C) A pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40 porque, no antigo jogo de palma, os atletas se aproximavam gradualmente da rede;
- (D) A pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40, mas poucos sabem por quê;
- (E) Os historiadores do esporte explicaram o porquê de a pontuação nos jogos de tênis seguir a ordem 15, 30 e 40.

5. FGV - 2024

Entre as palavras abaixo, assinale aquela que tem acentuação errada.

- (A) Café.
- (B) Cipó.
- (C) Cajú.
- (D) Pará.
- (E) Açai.

6. FGV - 2023

Assinale a opção em que todos os vocábulos são paroxítonos, com acentos gráficos corretos.

- (A) avaro / aziago / Nóbél.
- (B) recém / tulipa / estalido.
- (C) pudico / réfem / têxtil.
- (D) erudito/ filantropo / rubrica.
- (E) decano / etiope / bavaro.

7. FGV - 2024

Em alguns adjetivos pátrios compostos, o primeiro adjetivo assume uma forma alatinada e diminuída.

Sobre os adjetivos relativos a um país a seguir, assinale a opção que mostra aquele cuja forma alatinada está indicada **erradamente**.

- (A) anglo = inglês.
- (B) nipo = japonês.
- (C) austro = australiano.
- (D) sino = chinês.

8. FGV - 2024

Leonardo da Vinci, certa vez, definiu arte como aquilo que “diz o indizível, exprime o inexprimível e traduz o intraduzível”.

Sobre o processo de formação das palavras destacadas, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os prefixos atribuem ao radical um sentido de negação.
- (B) Os prefixos ligam-se ao radical por meio da vogal temática -i.
- (C) São adjetivos formados a partir de verbos.
- (D) São palavras formadas por derivação parassintética.
- (E) Todas podem ser transformadas em orações adjetivas.

9. FGV - 2024

O sufixo -ada é empregado muitas vezes para indicar “*golpe ou agressão*”, como no seguinte caso:

- (A) cadeirada, bofetada.
- (B) lixarada, estudantada.
- (C) temporada, estada.
- (D) aguada, baixada.
- (E) torrada, feijoada.

10. FGV - 2022

Tecnologia é palavra que tem, em sua formação, o radical grego *-logia* (“estudo”); a opção abaixo que indica corretamente o campo de estudo do vocábulo formado com esse mesmo radical, é:

- (A) pneumologia / estudo dos pneus dos veículos;
- (B) radiologia / estudo das transmissões radiofônicas;
- (C) geologia / estudo geográfico das paisagens;
- (D) arqueologia / estudo de realidades antigas;
- (E) etnologia / estudo da origem das palavras.

11. FGV - 2024

Em todas as frases abaixo há um termo sublinhado, composto da preposição DE + substantivo; assinale a frase em que esse termo não pode ser substituído adequadamente por um adjetivo.

- (A) Nada chegará ao fundo da risada de uma criança. / infantil.
- (B) O suco de garrafa parece menos gostoso. / engarrafado.
- (C) O teclado do computador é logicamente organizado. / computacional.
- (D) Os solos do deserto são áridos. / desérticos.
- (E) As vestes do bispo são elegantes. / episcopais.

12. FGV - 2024

A opção abaixo em que os dois adjetivos indicados NÃO variam em número nem em gênero, é:

- (A) rosa / creme;
- (B) branco / firme;
- (C) constante / frequente;
- (D) melhor / superior;
- (E) marrom / atuante.

13. FGV - 2023

Todas as frases abaixo contêm adjetivos; assinale a frase em que esse adjetivo tem o valor de qualificação.

- (A) Na guerra contra a pobreza, a lista de mortos é impublicável.
- (B) Na inflação capitalista os preços sobem.
- (C) A indústria farmacêutica não tem remédio.
- (D) A crença de nosso cliente é o nosso maior patrimônio.
- (E) Não mexa no que está quieto.

14. FGV - 2023

O adjetivo pode ser substituído por algumas outras palavras ou estruturas de valor equivalente. Assinale a frase em que a adjetivação é realizada por meio de uma locução.

- (A) Um criminoso é uma pessoa sem capital para formar uma corporação.
- (B) Desonestidade é o abandono da vantagem permanente por uma vantagem temporária.
- (C) A indignação moral é uma técnica para dotar o tolo com dignidade.
- (D) Imparcialidade não é neutralidade. É parcialidade por justiça.
- (E) O que tomamos como justa é, muitas vezes, uma injustiça cometida em nosso favor.

15. FGV - 2024

Assinale a opção que mostra incorreção na flexão do verbo da oração.

- (A) Não odeies teus inimigos.
- (B) Não entoes o teu hino agora.
- (C) Senhores, aboli tudo o que é inútil.
- (D) Não faze mal ao teu próximo.
- (E) Fica no teu lugar, deputado.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

1. (2023)

O direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado está expressamente previsto na Constituição Federal de 1988 (CF), já tendo sido reconhecido como um direito fundamental pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A doutrina, em sua maioria, faz referência à evolução dos direitos fundamentais em ordem cronológica de gerações ou dimensões, sem que ocorra a anulação, pela nova geração/dimensão, das conquistas realizadas pelas gerações/dimensões que a antecederam.

Com base no texto precedente, é **correto** afirmar que o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado é identificado como integrante da

- (A) primeira geração.
- (B) segunda geração.
- (C) terceira geração.
- (D) quarta geração.
- (E) quinta geração.

2. (2020)

Com relação ao tratamento constitucional dado à questão ambiental, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988

- (A) prevê a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado como dever apenas de parte da coletividade e obrigação do poder público.
- (B) confere juridicidade ao valor ético da alteridade, objetivando uma pretensão universal de solidariedade social, ao tratar das gerações futuras e dos animais como sujeitos de direito.
- (C) estabelece que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é não só um direito, mas também um dever de toda a coletividade e do poder público.
- (D) reconhece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, um direito fundamental de segunda geração, segundo a jurisprudência do STF.
- (E) estabelece que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado corresponde ao princípio do desenvolvimento sustentável, com suas facetas cultural, social e econômica.

3. (2021)

O princípio do desenvolvimento sustentável abrange em seu conceito os pilares

- (A) social, ambiental e geracional.
- (B) social, econômico e ambiental.
- (C) geracional, social e de sustentabilidade.
- (D) ambiental, econômico, geracional.
- (E) econômico, geracional e de sustentabilidade.

4. (2021)

Julgue os itens a seguir a respeito de desenvolvimento sustentável.

I O desenvolvimento sustentável busca compreender as interações entre a economia mundial, a sociedade global e o ambiente físico da Terra.

II Para atingir seus objetivos, esse tipo de desenvolvimento necessita do enquadramento holístico de todas as relações inerentes a ele.

III Uma de suas limitações é a ausência de relação entre seus objetivos e as mudanças climáticas que afetam muitos processos produtivos no mundo.

IV Esse conceito está muito mais ligado a campo do que a cidade, já que, nos grandes centros urbanos, o meio ambiente é escasso e degradado.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

5. (2024)

A sociedade empresária XYZ, com sede no Município *Alfa*, capital do Estado *Beta*, pretende exercer atividade econômica com significativo impacto ao meio ambiente, exigindo-se, por conseguinte, o licenciamento ambiental. Nada obstante, a entidade verifica que o Estado *Beta*, responsável pelo licenciamento ambiental, não possui órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente regularmente instituído.

Constata-se, ainda, que os órgãos ambientais do Município *Alfa* e da União Federal estão em pleno funcionamento.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Complementar nº 140/2011 (Lei da cooperação federativa em matéria ambiental), é correto afirmar que caberá

(A) à União Federal ou ao Município *Alfa*, em caráter subsidiário, desempenhar as ações administrativas de licenciamento e de autorização ambiental, até a criação, no âmbito do Estado *Beta*, de órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente.

(B) à União Federal, em caráter supletivo, desempenhar as ações administrativas de licenciamento e de autorização ambiental, até a criação, no âmbito do Estado *Beta*, de órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente.

(C) à União Federal, em caráter subsidiário, desempenhar as ações administrativas de licenciamento e de autorização ambiental, até a criação, no âmbito do Estado *Beta*, de órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente. (D) aos Município *Alfa*, em caráter supletivo, desempenhar as ações administrativas de licenciamento e de autorização ambiental, até a criação, no âmbito do Estado *Beta*, de órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente.

(E) ao Município *Alfa*, em caráter subsidiário, desempenhar as ações administrativas de licenciamento e de autorização ambiental, até a criação, no âmbito do Estado *Beta*, de órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente.

6. (2024)

Certo Município, que possui em sua estrutura órgão ambiental capacitado, integrante do SISNAMA, solicitou de órgão competente do respectivo Estado apoio técnico, administrativo e financeiro, a fim de realizar a fiscalização das atividades que estão no âmbito de suas atribuições, na medida em que não está logrando a desejada eficiência no seu exercício, o que pode comprometer a qualidade da proteção ao meio ambiente na localidade.

Nos termos da Lei Complementar nº 140/2011, assinale a opção que indica a denominação da atuação a ser realizada pelo Estado em comento.

- (A) Remanescente.
- (B) Supletiva.
- (C) Autônoma.
- (D) Concorrente.
- (E) Subsidiária.

7. (2024)

Sobre as atribuições da União, do Estado e do Município no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades, analise as afirmativas a seguir.

I. É atribuição da União o licenciamento ambiental de empreendimentos localizados em terras indígenas.

II. É atribuição dos Estados promover o licenciamento ambiental de atividades desenvolvidas em todas as unidades de conservação por ele instituídas.

III. Os Municípios são responsáveis por promover o licenciamento ambiental de atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

8. (2024)

Em uma universidade pública, localizada no Município *Alfa*, no âmbito do Estado *Beta*, diversos alunos debateram os contornos da Lei Complementar nº 140/2011, que fixou normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Discutiu-se, ainda, sobre a necessidade de elaboração de um plano diretor, inexistente na localidade.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 140/2011, sobre a elaboração do Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) É uma ação administrativa da União e do Município *Alfa*, em cooperação.
- (B) É competência da União e do Estado *Beta*, em cooperação.
- (C) É uma ação administrativa do Município *Alfa*.
- (D) É um ato administrativo da União.
- (E) É competência exclusiva do Estado *Beta*.

9. (2023)

De acordo com a Lei Complementar n.º 140/2011, assinale a opção que indica o instrumento pelo qual o ente federativo poderá delegar a execução de ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum em relação à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

- (A) termo de execução
- (B) termo de compromisso
- (C) convênio
- (D) acordo de cooperação

10. (2023)

O instrumento de cooperação institucional, previsto na Lei Complementar n.º 140/2011, que pode ser firmado com prazo indeterminado pelos entes federativos, denomina-se

- (A) Comissão Tripartite Nacional.
- (B) Comissão Bipartite do Distrito Federal.
- (C) acordo de cooperação técnica, respeitado o art. 241 da CF.
- (D) consórcio público, nos termos da legislação em vigor.

11. (2023)

A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011 tem como objetivo fixar normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Esta lei é importante, pois avança na caracterização das atribuições de licenciamento ambiental por cada ente federativo, de forma a definir os tipos de empreendimentos e atividades por estes licenciados. E avança também no compartilhamento de responsabilidades federativas para uma gama de ações administrativas, que vão

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

1. FGV - 2023

A Constituição da República de 1988 (Art. 227) estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Tendo em vista os princípios relacionados a esse tema, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ainda em vida, excluídos os herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça;
- (B) será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial;
- (C) a mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos em lei;
- (D) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dezoito meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária;
- (E) a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

2. FGV - 2023

Crianças e adolescentes têm os mesmos direitos humanos gerais que os adultos e também direitos específicos que reconhecem suas necessidades especiais. As crianças e os adolescentes não são propriedade de seus pais nem são objetos indefesos de caridade. Eles são seres humanos e são sujeitos de seus próprios direitos.

Adaptado de UNICEF. Os direitos das crianças e dos adolescentes e por que eles são importantes. Site.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o direito específico à Liberdade compreende os seguintes aspectos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) opinião e expressão.
- (B) buscar refúgio, auxílio e orientação.
- (C) brincar, praticar esportes e divertir-se.
- (D) participar da vida política, na forma da lei.
- (E) optar por homeschooling ou escola pública.

3. FGV - 2024

Em razão de violações de direitos causadas pelos genitores, o juiz da Infância e da Juventude aplica a Samantha, criança de 8 anos, medida protetiva de acolhimento familiar. Após a realização de estudos social e psicológico pela equipe do juízo e do serviço de acolhimento, as referidas equipes técnicas entendem que Samantha deve ser reintegrada a sua tia paterna, que se disponibiliza a exercer a guarda da sobrinha e com quem a criança mantém fortes vínculos afetivos. O magistrado determina a reintegração familiar e concede a guarda provisória de Samantha à tia, além de determinar a inclusão da criança em programa de apadrinhamento afetivo desenvolvido por organização da sociedade civil que presta atendimento a criança e adolescente existente no município.

Considerando o disposto na Lei nº 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

- (A) é vedado a pessoas jurídicas o apadrinhamento de criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento;
- (B) os programas ou serviços de apadrinhamento de crianças e adolescentes somente podem ser executados pelo Poder Judiciário;
- (C) a criança não se adequa ao perfil prioritário de inserção em programa de apadrinhamento afetivo, em razão da reintegração à família extensa;
- (D) pessoas maiores de 18 anos podem ser padrinhos ou madrinhas, desde que estejam inscritas nos cadastros de adoção e cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte;
- (E) a criança e o adolescente que se encontram em serviço de acolhimento familiar não poderão participar de programa de apadrinhamento, em razão da incompatibilidade do apadrinhamento com essa modalidade de acolhimento.

4. FGV - 2024

Marília tem 30 anos e está grávida de seis meses. Ela se dirigiu à Vara de Infância e declarou seu desejo de entregar o bebê em adoção, após o parto, dizendo, ainda, que não desejava indicar o nome do pai da criança e nem que seus familiares fossem contatados.

Diante dessa situação, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que:

- (A) é dever do magistrado perguntar o nome do pai, pois ele deve ser informado do nascimento para saber se concorda com a adoção ou se quer ficar com a criança;
- (B) Marília deve ser acolhida e escutada pela equipe técnica da Vara da Infância, que deverá elaborar relatório técnico para a autoridade judicial;
- (C) a gestante deverá ser atendida pela equipe técnica do Ministério Público, que a encaminhará para atendimento psicológico;
- (D) é responsabilidade da equipe técnica indagar da família extensa, que deve ser procurada e consultada, sobre o exercício da guarda da criança;
- (E) é dever funcional do Ministério Público ingressar com ação civil pública contra o Estado diante da vulnerabilidade social que leva gestantes a não quererem ficar com os filhos.

5. FGV - 2024

Segundo a Constituição da República de 1988, a família é a base da sociedade. O Estatuto da Criança e do Adolescente indica que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes.

Considerando a importância da família na socialização primária e na co-responsabilidade protetiva, assinale a afirmativa correta.

- (A) A família desestruturada deve ser destituída do pátrio poder em defesa dos direitos das crianças e adolescentes.
- (B) A família natural, ou seja, a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, é o modelo mais protetivo.
- (C) Os filhos havidos fora do casamento não poderão ser reconhecidos pelos pais.
- (D) A condenação criminal do pai ou da mãe implicará a destituição do poder familiar.
- (E) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

6. FGV - 2024

Renato, criança de 7 anos, foi encontrado sozinho em casa, sem alimentação adequada e em péssimas condições de higiene. Conforme relatório feito pelo Conselho Tutelar, os vizinhos ouviram os gritos da criança e acionaram a polícia, que adentrou o recinto e resgatou o infante. O Conselho Tutelar, de forma emergencial e considerada a urgência, aplicou a medida protetiva de acolhimento institucional. Dentro do prazo de 24 horas, o Juízo da Infância foi comunicado do acolhimento emergencial.

Foi verificado que a criança estava sob os cuidados da mãe, Maria, que é usuária compulsiva de drogas e deixou o filho abandonado em casa. Também se constatou que o pai de Renato, Marcelo, não sabia do abandono por estar divorciado de Maria. Marcelo trabalha com carteira assinada e se prontificou a ficar com a criança, sendo certo que os relatórios técnicos produzidos indicam que Marcelo possui local adequado para receber Renato. Diante desse panorama, considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente e o posicionamento do STJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) O STJ entende que, em regra, o acolhimento familiar temporário representa o melhor interesse da criança, salvo quando há evidente risco à integridade física ou psíquica do infante.
- (B) O acolhimento institucional aplicado deve ser visto como uma medida provisória, devendo ser priorizada a reintegração familiar ou, não sendo possível, a colocação em família substituta.
- (C) O acolhimento institucional aplicado deve permanecer por, no mínimo, 3 meses, que é o prazo previsto em lei para a reavaliação.
- (D) Renato é integrante da família extensa, conforme o Art. 25 do ECA. Por isso, terá prioridade para obter a guarda da criança.
- (E) O acolhimento familiar, por ser melhor para a criança, não precisa ser reavaliado.

7. FGV - 2021

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata da colocação da criança e do adolescente em família substituta. Em relação à colocação em família estrangeira nessa categoria, o Estatuto impõe que ela seja considerada

- (A) legal, desde que haja autorização dos pais biológicos.
- (B) excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.
- (C) natural, sob a forma de tutela ou adoção.
- (D) especial, com acompanhamento judicial por cinco anos.

8. FGV - 2024

Contar ao filho sobre a adoção pode gerar muita ansiedade e insegurança nos pais adotivos.

De acordo com o previsto na legislação, assinale a afirmativa correta.

- (A) É recomendável manter segredo sobre a origem genética do adotado para evitar a busca aos pais verdadeiros.
- (B) O sigilo sobre a adoção garante que os adotados sejam tratados como se fossem filhos legítimos.
- (C) A revelação da adoção ficará a cargo da equipe técnica do Juízo de Infância e Juventude onde tramitou o processo.
- (D) O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica e de obter acesso ao processo no qual a medida foi aplicada.
- (E) A mudança de prenome é obrigatória na adoção e visa impedir que a família de origem localize o filho adotado.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. FGV - 2024

Sistemas administrativos referem-se ao conjunto de processos, métodos, políticas e procedimentos que uma organização utiliza para coordenar suas atividades e alcançar seus objetivos.

Acerca de Relações Interpessoais do Sistema Consultivo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A consulta aos níveis inferiores permite a participação e a delegação de tarefas.
- (B) As relações interpessoais são toleradas com condescendência.
- (C) Os cargos e as tarefas confinam as pessoas.
- (D) A empresa procura facilitar o desenvolvimento de uma organização informal sadia.
- (E) A confiança mútua, a participação e o envolvimento grupal são intensos.

2. FGV - 2024

A gestão de pessoas enfrenta desafios significativos no ambiente corporativo moderno, exigindo que líderes possuam habilidades complexas e adaptabilidade para gerenciar eficazmente os recursos organizacionais, cuja quantidade e qualidade afetam diretamente a eficiência e o funcionamento da organização.

Os recursos organizacionais cujo fator de produção é a natureza são os

- (A) administrativos.
- (B) financeiros.
- (C) humanos.
- (D) mercadológicos.
- (E) materiais.

3. FGV - 2022

Em sua atuação nas diversas organizações, os administradores desempenham uma variedade de papéis que podem ser agrupados em três categorias, como proposto por Mintzberg: interpessoais, informacionais e decisórios. Essas três categorias abarcam, no total, dez papéis diversos.

O papel do líder é:

- (A) interpessoal; refere-se à representação simbólica da equipe, atuando como referência dela;
- (B) decisório; refere-se à alocação de recursos em função dos objetivos organizacionais;
- (C) decisório; corresponde à função administrativa de direção;
- (D) interpessoal; refere-se ao direcionamento das atividades dos subordinados, com vistas ao atingimento dos objetivos;
- (E) interpessoal; refere-se à identificação de oportunidades que potencializem o desenvolvimento da organização.

4. FGV - 2024

Em todas as áreas funcionais de uma organização, os administradores exercem as funções administrativas que correspondem às etapas do processo administrativo: planejar, organizar, dirigir e controlar.

São exemplos de atividades relacionadas à função direção e à função organização, respectivamente:

- (A) definição da estratégia comercial; elaboração de orçamentos;
- (B) implementação de políticas de gestão participativa; aplicação de recursos financeiros;
- (C) estabelecimento de objetivos e metas; definição da estrutura de cargos e salários;
- (D) definição da estratégia de negócio; implantação de políticas de qualidade de vida;
- (E) alocação de funcionários por setores da organização; avaliação de desempenho.

5. FGV - 2024

Os princípios fundamentais da Teoria Administrativa estão sendo redefinidos e realinhados para se ajustarem à nova realidade, marcada pela globalização, avanços tecnológicos e mudanças nas expectativas dos consumidores e partes interessadas. O processo organizacional, tradicionalmente centrado em planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação, está sendo adaptado para atender às demandas emergentes do cenário atual.

Com relação à evolução do processo organizacional, analise os itens a seguir.

I. O planejamento enfatiza uma mudança na base estrutural organizacional, substituindo a vertical e hierárquica por uma abordagem fluida, horizontal e livre.

II. O foco da direção implica uma mudança nas relações de poder e uma revisão contínua do status quo para promover proatividade, criatividade e inovação.

III. A ênfase do controle está na retroação e realimentação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

6. FGV - 2024

Em todas as áreas funcionais de uma empresa, os administradores exercem as funções administrativas, que correspondem às etapas do processo administrativo: planejar, organizar, dirigir e controlar. Considere as afirmativas a seguir sobre algumas atividades gerenciais e as funções administrativas.

I. A implementação de políticas de gestão participativa está relacionada à função direção.

II. A aplicação de recursos financeiros está relacionada à função planejamento.

III. A definição da estrutura de cargos e salários está relacionada à função organização.

IV. A avaliação de desempenho dos funcionários está relacionada à função direção.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas;
- (B) I e IV, apenas;
- (C) II e III, apenas;
- (D) II, III e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

7. FGV - 2022

Certa organização publicou em seu site uma vaga para o cargo de gerente na área de recursos humanos. Entre as atribuições do cargo, estão: "alocação dos especialistas de RH entre as diversas unidades da organização; realização de avaliação de desempenho dos subordinados; definição da estrutura de cargos e salários".

Essas atribuições estão relacionadas, respectivamente, às seguintes funções da administração:

- (A) organização; controle; organização;
- (B) direção; controle; organização;
- (C) planejamento; direção; planejamento;
- (D) organização; controle; planejamento;
- (E) direção; direção; organização.

8. FGV - 2024

Um modelo de gestão de resultados compreende três elementos essenciais: direcionadores de resultado, direcionadores de esforço para implementação das ações e mecanismos de controle.

Nesse contexto, a avaliação de desempenho é uma ferramenta necessária, mas não suficiente para a promoção de uma gestão de resultados. Assinale a opção que apresenta a dimensão de desempenho que possui estreita relação com produtividade.

- (A) Eficácia.
- (B) Eficiência.
- (C) Efetividade.
- (D) Economicidade.
- (E) Custo-benefício.

9. FGV - 2024

A gestão por resultados é uma abordagem focada no alcance de objetivos específicos e mensuráveis, orientando a administração pública e privada para a eficiência e eficácia.

Assinale a opção que apresenta uma dimensão de desempenho focada nos gastos incorridos na alocação de insumos para minimizar custos.

- (A) Economicidade.
- (B) Eficiência.
- (C) Eficácia.
- (D) Efetividade.
- (E) Produtividade.

10. FGV - 2022

Os critérios de eficiência, eficácia e efetividade podem ser usados para avaliar os impactos da aplicação de uma legislação. Nesse caso, a avaliação legislativa examina se a legislação é efetiva, vale dizer, se o comportamento adotado pelos destinatários da norma está de acordo com o esperado; eficaz, vale dizer, se o texto legal está formulado para que os objetivos sejam alcançados; e eficiente, isto é, se os benefícios oriundos da lei compensam os custos impostos por ela, além de serem os menores possíveis.

Adaptado de Avaliação de impacto legislativo: cenários e perspectivas para sua aplicação. Brasília: Senado Federal, CET, 2017.

Com base no exposto, considere uma lei que torne obrigatório o uso de capacete especial para condutores e passageiros de motocicletas, visando a reduzir as mortes por traumatismo craniano nos acidentes com choque de veículos. Em seguida, avalie se as afirmativas a seguir são (V) verdadeiras ou (F) falsas.

() Se for constatado que as pessoas passaram a utilizar o capacete em função da nova lei, esta pode ser considerada efetiva.

() Se os óbitos em virtude de traumatismo craniano decorrentes de incidentes com motocicletas persistirem, a nova lei deve ser considerada ineficaz.

() Se a obrigatoriedade do uso do capacete levou os motociclistas a serem menos cautelosos no trânsito, gerando mais acidentes, a eficiência e a efetividade da lei são baixas.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, V e F.
- (B) V, F e V.
- (C) F, F e V.
- (D) V, F e F.
- (E) V, V e V.

11. FGV - 2024

O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) é uma iniciativa do Governo Eletrônico criada para simplificar as requisições de diárias e passagens para servidores e empregados públicos.

A prestação de contas de afastamento para viagem nacional deve ocorrer

- (A) no dia do retorno.
- (B) em até 3 dias do retorno.
- (C) em até 5 dias do retorno.
- (D) em até 10 dias do retorno.
- (E) em até 15 dias do retorno.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1. (2023)

Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União, nos procedimentos de sua competência, pode

- (A) notificar testemunhas, vedada a requisição de condução coercitiva, no caso de ausência injustificada.
- (B) requisitar documentos da Administração Pública direta, proibindo-se a requisição para a Administração indireta.
- (C) requisitar informações e documentos a entidades privadas, permitida a realização de diligências investigatórias.
- (D) acessar livremente qualquer local público ou privado, excepcionando as normas constitucionais de inviolabilidade do domicílio.

2. (2022)

Analise as assertivas abaixo:

I - As intimações do Ministério Público do Trabalho dirigidas a chefe de missão diplomática de caráter permanente devem ser enviadas pelo Procurador-Geral do Trabalho.

II - De acordo com a Lei Complementar nº 75/1993, o Ministério Público poderá notificar testemunhas e investigados, requisitando sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada.

III - O juiz poderá dispensar prova pericial quando o Ministério Público do Trabalho apresentar, na inicial, parecer técnico produzido em inquérito civil que seja elucidativo e suficiente sobre as questões de fato.

IV - De acordo com a Lei Complementar nº 75/1993, as autoridades poderão opor ao Ministério Público a exceção de sigilo, nos casos em que a informação, o registro, o dado ou o documento a ser fornecido seja sigiloso.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas as assertivas I e II estão incorretas.
- (B) Apenas as assertivas III e IV estão incorretas.
- (C) Apenas as assertivas I, II e IV estão incorretas.
- (D) Todas as assertivas estão incorretas.
- (E) Não respondida.

3. (2020)

Analisando a seguinte situação, assinale a alternativa **CORRETA**:

Determinado (a) Procurador Regional do Trabalho, que ingressou na Instituição em 1985, optou pelo regime jurídico anterior à Constituição de 1988 quanto a garantias, vantagens e vedações do cargo 6 (seis) meses após a promulgação da Lei Complementar nº 75/93. Lotado na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, ministra aulas na Universidade Federal de São Paulo 2 (duas) vezes por semana, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas aula por semana, não estando em regime de Dedicção Exclusiva –“DE”. É também sócio cotista em sociedade por cotas de responsabilidade limitada de cursinho preparatório para concursos públicos, embora não seja administrador, possuindo 40% (quarenta por cento) das cotas. Apesar de exercer a

advocacia, jamais advogou, ainda que em causa própria, ou prestou consultoria contra quaisquer ramos do Ministério Público ou contra a União, suas autarquias ou fundações públicas federais, estando regularmente inscrito na OAB-SP.

(A) O(a) membro(a) do Ministério Público não incorre em vedação legal, porque o exercício da advocacia foi autorizado e a sua participação na sociedade comercial é lícita, como também é lícita a docência, desde que haja compatibilidade de horário com a atividade do Ministério Público.

(B) O membro do Ministério Público incorre nas seguintes vedações legais: participação em sociedade comercial e exercício da advocacia.

(C) O membro do Ministério Público incorre em vedação legal apenas no que tange à participação em sociedade comercial.

(D) O membro do Ministério Público incorre em vedação legal no que concerne ao exercício da advocacia e à docência.

(E) Não respondida.

4. (2020)

Diante da seguinte proposição e com fundamento na Lei Complementar nº 75/1993, assinale a alternativa **INCORRETA**:

João, Procurador do Trabalho, preside Inquérito Civil instaurado para apurar notícia de fato acerca de possível assédio moral que ocorre em hospital público municipal, cujo regime jurídico é celetista, tendo como apontado assediante um servidor de nome Pedro, diretor do nosocômio.

(A) Para o exercício das atribuições investigatórias, João poderá, nos autos do procedimento instaurado, intimar testemunhas para a oitiva e, na hipótese de ausência injustificada, requisitar à autoridade competente a sua condução coercitiva.

(B) O Procurador do Trabalho poderá, se assim entender, realizar no próprio hospital público, inspeção e diligência investigatória.

(C) Independentemente da investigação nos autos do Inquérito Civil, por se tratar possivelmente também de ilícito administrativo praticado pelo servidor e noticiado assediante, João poderá requisitar à autoridade competente a instauração de procedimento administrativo disciplinar em face de Pedro, para que o município, internamente, também apure a prática de assédio moral no ambiente de trabalho.

(D) João poderá, para o exercício de suas atribuições, requisitar à autoridade competente, informações e documentos.

(E) Não respondida.

5. (2024)

Sobre o regime jurídico do Ministério Público do Trabalho, analise as assertivas:

I - São órgãos superiores da Instituição o Conselho Superior, a Câmara de Coordenação e Revisão, a Corregedoria, a Ouvidoria e as Coordenadorias Nacionais Temáticas.

II - O Conselho Superior possui atribuição para autorizar designações de membros, em caráter excepcional, para exercício de atribuições processuais perante juízos, tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria.

III - O exercício das funções de Vice-Procurador-Geral do Trabalho, Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão, Corregedor e Ouvidor é privativo de Subprocuradores-Gerais do Trabalho.

IV - Os Subprocuradores-Gerais do Trabalho oficiam perante o Tribunal Superior do Trabalho e nos ofícios da Câmara de Coordenação e Revisão, podendo atuar perante outros órgãos jurisdicionais mediante autorização do Conselho Superior, tal qual ocorre com os Procuradores do Trabalho.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- (D) Todas as assertivas estão corretas.
- (E) Não respondida.

6. (2024)

No que se refere à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, analise as assertivas:

I - As Coordenadorias Nacionais Temáticas exercem, por delegação, atribuições da Câmara de Coordenação e Revisão, promovendo a coordenação da atividade funcional, mantendo intercâmbio com órgãos ou entidades que atuem em áreas afins e produzindo informações técnico-jurídicas para os demais órgãos institucionais.

II - Observados critérios objetivos definidos pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, compete à Câmara de Coordenação e Revisão resolver sobre a distribuição especial de feitos e procedimentos quando a matéria, por sua natureza e relevância, assim o exigir.

III - O termo de compromisso de ajustamento de conduta pressupõe a homologação, pela Câmara de Coordenação e Revisão, para garantia de sua eficácia como título executivo extrajudicial.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas a assertiva I está correta.
- (B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- (C) Apenas a assertiva II está correta.
- (D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (E) Não respondida.

7. (2023)

Compete às Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

- (A) manifestar-se sobre o arquivamento de inquérito policial, inquérito parlamentar ou peças de informação, exceto nos casos de competência originária do Procurador-Geral.
- (B) determinar a instauração de processos administrativos em que o acusado seja membro do Ministério Público Federal, apreciar seus relatórios e propor todas as medidas cabíveis.
- (C) deliberar sobre a realização de concurso para o ingresso na carreira, designar os membros da Comissão de Concurso, acompanhar e opinar sobre a homologação dos resultados.
- (D) destituir, por iniciativa do Procurador-Geral da República e pelo voto de dois terços de seus membros, antes do término

do mandato, o Corregedor-Geral e o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.

8. (2022)

Segundo o regime jurídico do Ministério Público da União, é **CORRETO** afirmar que:

(A) O Procurador-Geral do Trabalho será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre os integrantes do Ministério Público do Trabalho que contarem com mais de trinta e cinco anos de idade e mais de dez anos na carreira, integrantes de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, facultativo e secreto pelo Colégio de Procuradores para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

(B) O Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios será empossado pelo Procurador-Geral da República após nomeação pelo Governador do Distrito Federal a partir de lista tríplice elaborada pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova lista tríplice.

(C) Os Procuradores da Justiça Militar e os Promotores da Justiça Militar serão designados para officiar junto às Auditorias Militares.

(D) O Procurador-Geral Eleitoral será escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os Subprocuradores-Gerais da República para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

(E) Não respondida.

9. (2021)

Assinale a alternativa **INCORRETA**, considerando o art. 84º da Lei Complementar 75/93:

Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I especialmente:

(A) Instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores.

(B) Ser cientificado pessoalmente das decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, nas causas em que o órgão tenha intervido ou emitido parecer escrito.

(C) Requisitar à autoridade administrativa federal competente, dos órgãos de proteção ao trabalho, a instauração de procedimentos judiciais, podendo acompanhá-los e produzir provas.

(D) Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, desde que compatíveis com sua finalidade.

10. (2020)

Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) A representação do Ministério Público do Trabalho é uma das atribuições do Procurador-Geral do Trabalho, que poderá delegá-la aos Chefes das Procuradorias Regionais do Trabalho nos Estados e no Distrito Federal.

(B) Os impedimentos e as suspeições dos membros do Ministério Público são os descritos na Lei Complementar nº 75/1993.

(C) Para o exercício de suas atribuições, o membro do Ministério Público do Trabalho poderá realizar inspeções e diligências investigatórias, a fim de verificar o cumprimento de normas de segurança e saúde no trabalho, podendo interditar

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. FGV - 2024

Maria e Julia estavam estudando juntas para concurso público e começaram a debater o significado, extensão e limites do princípio da autotutela no direito administrativo. Ambas concluíram corretamente que, em razão de tal princípio, a Administração

- (A) tem o poder-dever de convalidar os atos eivados de desvio de finalidade.
- (B) não tem prazo para invalidar os atos viciados, ainda que beneficiem terceiros de boa-fé.
- (C) tem a prerrogativa de impor a vontade administrativa, independentemente de decisão judicial.
- (D) deve revogar os atos que possuam vícios insanáveis, respeitados os direitos adquiridos.
- (E) há de respeitar o devido processo legal para anular atos que repercutam na esfera jurídica de terceiros.

2. FGV - 2015

A respeito dos princípios da Administração Pública, assinale **V** para a afirmativa verdadeira e **F** para a falsa.

- () O princípio da continuidade estabelece que os serviços públicos não podem ser paralisados, pois as necessidades da população são incessantes.
- () O princípio da impessoalidade significa que qualquer atividade da gestão pública deve ser dirigida a todos os cidadãos.
- () O princípio da moralidade determina que os atos da gestão pública são condicionados por princípios éticos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e V.

3. FGV - 2013

Acerca do princípio de confiança legítima (Proteção da Confiança) no Direito Administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. É o princípio que exige do administrador um agir conforme a lei, mesmo que isso implique em prejuízo da Administração.

II. É o princípio que deriva da ideia de segurança jurídica e boafé objetiva do administrado.

III. É o princípio segundo o qual a Administração Pública não pode mudar de conduta se isso prejudica o administrado, uma vez que é vedado um comportamento contraditório.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

4. FGV - 2010

Em determinado procedimento administrativo disciplinar, a Administração federal impôs, ao servidor, a pena de advertência, tendo em vista a comprovação de ato de improbidade. Inconformado, o servidor recorre, vindo a Administração, após lhe conferir o direito de manifestação, a lhe impor a pena de demissão, nos termos da Lei nº 8112/90 e da Lei 9784/98.

Com base no fragmento acima, é correto afirmar que a Administração Federal

- (A) agiu em desrespeito aos princípios da eficiência e da instrumentalidade, autorizativos da reforma em prejuízo do recorrente, desde que não imponha pena grave.
- (B) agiu em respeito aos princípios da legalidade e autotutela, autorizativos da reforma em prejuízo do recorrente.
- (C) não observou o princípio da dignidade da pessoa humana, trazendo equivocada reforma em prejuízo do recorrente.
- (D) não observou o princípio do devido processo legal, trazendo equivocada reforma em prejuízo do recorrente.

5. FGV - 2008

O princípio da realidade, no âmbito da Administração Pública, vem sendo implantado como forma de impedir o:

- (A) locupletamento.
- (B) cerceamento.
- (C) apossamento.
- (D) aforamento.
- (E) emprazamento.

6. FGV - 2024

Imagine uma situação em que a lei exija a exposição dos fatos e fundamentos jurídicos para certa decisão administrativa, enquanto aspecto não essencial ao ato administrativo correspondente.

Caso a autoridade competente não cumpra a aludida determinação, em situação em que as respectivas razões existam, sejam verdadeiras e congruentes com o ato, é **correto** afirmar que a mencionada ausência de motivação caracteriza vício no elemento

- (A) motivo, que é passível de convalidação.
- (B) finalidade, que não é passível de convalidação.
- (C) competência, que não é passível de convalidação.
- (D) forma, que é passível de convalidação.
- (E) objeto, que é passível de convalidação.

7. FGV - 2024

Caio, grande apreciador de armas de fogo, perguntou ao seu irmão, policial militar, quais procedimentos deveria adotar para possuir um revólver, de forma regular, em seu domicílio. O agente da lei, então, explicou, detalhadamente, o caminho que deveria ser percorrido por Caio. Após a observância de todas as formalidades legais, a Administração Pública editou um ato ad-

ministrativo, manifestando a concordância com o pedido formulado por Caio, autorizando-o a ter a posse de uma arma de fogo em seu domicílio.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, está-se diante de um ato administrativo (de):

- (A) enunciativo;
- (B) ordinatório;
- (C) normativo;
- (D) controle;
- (E) negocial.

8. FGV - 2024

A Administração Pública, em observância às formalidades legais, expediu, após pedido formulado pela sociedade empresária XYZ, um alvará de licença para funcionamento de um estabelecimento comercial, onde serão realizados espetáculos artísticos.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a Administração Pública editou um ato administrativo

- (A) de consentimento.
- (B) de verificação.
- (C) enunciativo.
- (D) ordinatório.
- (E) normativo.

9. FGV - 2014

No que concerne à classificação dos atos administrativos, a respeito do ato modificativo assinale a afirmativa correta.

- (A) Altera situações jurídicas preexistentes podendo extinguir essa situação jurídica.
- (B) Reconhece apenas a existência de um fato ou de uma situação jurídica anterior a ele.
- (C) Tem o condão de criar uma nova situação jurídica.
- (D) Altera situações jurídicas preexistentes, mas nunca provoca sua extinção.
- (E) Reconhece situação jurídica futura.

10. FGV - 2014

Em tema de invalidação e revogação de ato administrativo, é correto afirmar que:

- (A) os atos discricionários podem ser invalidados tanto pelo Poder Judiciário, como pela própria Administração, mas só podem ser revogados pela última;
- (B) tanto os atos vinculados, como os discricionários podem ser invalidados e revogados pela própria Administração e pelo Poder Judiciário;
- (C) os atos discricionários podem ser invalidados e revogados pelo Poder Judiciário;
- (D) os atos vinculados são passíveis de invalidação tanto pelo Poder Judiciário como pela própria Administração, mas só podem ser revogados pela última;
- (E) os atos vinculados podem ser invalidados e revogados pelo Poder Judiciário.

11. FGV - 2008

A inspeção de segurança veicular consubstancia, precipuamente, o exercício de poder:

- (A) vinculado.
- (B) discricionário.
- (C) hierárquico.

- (D) subalterno.
- (E) regulamentar.

12. FGV - 2023

Janderson e Rosângela são amigos de longa data e estavam estudando juntos para certo concurso público em âmbito federal, quando decidiram se aprofundar na temática atinente ao decreto autônomo, concluindo ambos corretamente que se trata da edição de ato normativo pelo Presidente da República

- (A) para a fiel execução da lei.
- (B) que não tem qualquer respaldo constitucional.
- (C) que é considerado contrário à lei.
- (D) que não pode impor obrigações nem restringir direitos.
- (E) que inova no ordenamento jurídico e busca o seu fundamento de validade diretamente na Constituição.

13. FGV - 2013

Pedro, fiscal sanitário, verificando que as condições sanitárias exigidas pela legislação não vinham sendo cumpridas, autou a Empresa X, aplicando-lhe uma multa. Não tendo sido apresentada defesa, nem paga a multa nos prazos legalmente estabelecidos, Pedro retornou ao estabelecimento e, sem realizar nova vistoria, até que a penalidade fosse adimplida, lacrou-o.

Considerando a situação acima, analise as afirmativas a seguir.

I. O poder de polícia é, em regra, auto-executório, porém a aplicação da multa não o é, somente podendo ser cobrada por meio judicial próprio.

II. A empresa X nada mais pode fazer administrativamente, só podendo pagar a multa para poder reabrir o seu estabelecimento, vez que não exerceu o direito de defesa oportunamente.

III. A multa somente poderia ser mantida, caso Pedro realizasse nova vistoria.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

14. FGV - 2012

João, sem solicitar permissão ou autorização ao Poder Público, inaugurou uma rádio comunitária, por meio da qual pretendia prestar serviço de radiodifusão. Constatado o fato, o Poder Executivo, sem prévia oitiva de João, interditou a rádio, interrompendo as transmissões, e lacrou os aparelhos.

Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca da matéria, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ato praticado pelo Executivo configura sanção administrativa e é ilegal, pois o interessado possui direito a prévio contraditório e ampla defesa.
- (B) O ato praticado pelo Executivo configura sanção administrativa e é válido, pois o interessado não possuía permissão ou autorização para operar rádio comunitária.
- (C) O ato praticado pelo Executivo configura medida cautelar da Administração, inerente ao poder de polícia, e é ilegal, pois o interessado possui direito a prévio contraditório e ampla defesa.

NOÇÕES DE PERÍCIA EM PROCESSO CIVIL

1. (2024)

Matilda, 3 anos de idade, absolutamente incapaz, representada por sua mãe, Zinnia, que residia e domiciliava na comarca de São José do Rio Preto, SP, propôs ação de alimentos em desfavor de seu pai, Harry. A ação tramitou nessa comarca terminando com a condenação do pai. Diante da inadimplência paterna, foi proposto o cumprimento de sentença no mesmo juízo.

No curso da execução, Matilda e sua mãe mudaram para a comarca de Atibaia, SP, local em que também reside seu pai. Após o pedido da autora, representada por sua genitora, com base no princípio constitucional do melhor interesse da criança, o juízo de São José do Rio Preto, SP, declina a competência para o juízo de Atibaia, SP.

Com base na situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) No caso em questão, por se tratar de direito indisponível de incapaz, o Ministério Público não poderia suscitar o conflito de competência.

(B) O juízo de São José do Rio Preto, SP, deveria ter aplicado o princípio da perpetuatio jurisdictionis, por ser absoluta a vedação da mudança de competência.

(C) Os princípios constitucionais não podem se sobrepor aos princípios e às regras gerais de competência previstas no Código de Processo Civil.

(D) O juízo de São José do Rio Preto, SP, agiu corretamente, pois o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme as normas fundamentais estabelecidos na Constituição Federal.

(E) O juízo de Atibaia, SP, não poderá suscitar de ofício o conflito negativo de competência, visto que por se tratar de competência territorial exige a manifestação expressa da parte ré.

2. (2024)

A vedação a que o juiz condene o réu a pagar ao autor quantia superior à pleiteada na petição inicial é um corolário lógico do princípio:

(A) da primazia da solução do mérito;

(B) da motivação das decisões judiciais;

(C) da inafastabilidade do controle jurisdicional;

(D) da inércia;

(E) do juiz natural.

3. (2024)

O direito fundamental ao contraditório é pilar fundador do Estado Democrático de Direito. Com efeito, a possibilidade de se manifestar no curso do processo é essencial à tutela de direitos em juízo.

Sobre tal direito, assinale a alternativa correta.

(A) Segundo o Código de Processo Civil, todas as hipóteses de concessão de tutela provisória da evidência dispensam o contraditório prévio.

(B) O direito ao contraditório deve ser promovido pelas partes, individual e conjuntamente, podendo ser dispensada a atuação do juiz em zelar pelo efetivo contraditório.

(C) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

(D) Na acepção do Código de Processo Civil, o contraditório em seu aspecto formal é assegurado, não havendo exigência de atendimento ao contraditório substancial, o qual dependerá de decisão judicial específica.

(E) Como regra, o contraditório poderá ser postergado pelo juiz, cabendo às partes se manifestar após a decisão judicial, em nome da duração razoável do processo.

4. (2023)

A respeito dos princípios constitucionais aplicáveis ao Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

(A) O juiz pode decidir em primeiro grau com base em fundamento fático que as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar.

(B) A ampla defesa torna obrigatória a assistência por advogado em todo e qualquer processo, como é o caso dos processos administrativos disciplinares e do *habeas corpus*.

(C) Diversamente dos princípios do contraditório e da ampla defesa, o devido processo legal não é exigido nos processos administrativos, os quais obedecem à inquisitorialidade.

(D) O princípio do juiz natural veda a criação de juízes e tribunais de exceção, sem exigir, todavia, que as regras a respeito da fixação de competência sejam anteriores ao ajuizamento da ação.

(E) O contraditório pode ser diferido em situações excepcionais, presentes razões relevantes que assim justifiquem e em ponderação com outros interesses, sem ofensa à efetividade de tal direito.

5. (2023)

Sobre os princípios reguladores do processo civil, é correto afirmar que:

(A) são mandados de otimização e normalmente devem ser ponderados com outros, não sendo previstos de forma expressa no Código de Processo Civil;

(B) a ampla defesa é um princípio típico de direito material, já que garante ao acusado a chance de provar sua inocência, não apresentando muita relevância no âmbito do processo;

(C) a isonomia processual é um princípio com fonte constitucional que garante às partes paridade de tratamento no âmbito do processo;

(D) o princípio do devido processo legal não foi previsto expressamente no Código de Processo Civil vigente e por isso não é aplicado em processos que tramitam pelo procedimento comum;

(E) a duração razoável do processo garante uma solução em tempo adequado a todas as demandas, porém, não se aplica ao cumprimento de sentença.

6. (2023)

A possibilidade, prevista no Código de Processo Civil, de o juiz deferir, no início do processo, o requerimento de tutela provisória de urgência formulado pelo autor, sem a prévia oitiva do réu, é um corolário lógico do princípio do(a):

(A) contraditório;

(B) inércia;

(C) devido processo legal;

(D) juiz natural;

(E) inafastabilidade do controle jurisdicional.

7. (2023)

“Hoje, o contraditório ganhou uma projeção humanitária muito grande, sendo, provavelmente, o princípio mais importante do processo. Ele é um megaprincípio que, na verdade, abrange vários outros e, nos dias atuais, não se satisfaz apenas com uma audiência formal das partes, que é a comunicação às partes dos atos do processo, mas deve ser efetivamente um instrumento de participação eficaz das partes no processo de formação intelectual das decisões e de cooperação entre todos os sujeitos do processo (Código de Processo Civil 2015, art. 6º).” (GRECO, Leonardo. *Instituições de Processo Civil*, vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 514).

Com base na garantia fundamental do contraditório humano e participativo, expressa no texto acima, é correto afirmar que:

(A) a regra de que o contraditório é eficaz e sempre prévio é excepcionada apenas pela possibilidade de deferimento de tutelas provisórias de urgência e da evidência;

(B) em consonância com o princípio da cooperação processual, é indispensável ao reconhecimento da deserção que o juiz intime a parte para regularizar o preparo, especificando qual equívoco deverá ser sanado;

(C) considerando a posição de sujeição do executado aos atos executórios, o contraditório é mitigado na execução, permitido seu exercício excepcional através da impugnação ou dos embargos;

(D) o juiz pode decidir, no primeiro grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício;

(E) regularmente citado e decretada a revelia do réu na fase de conhecimento, não é necessária a intimação do executado, sem advogado constituído nos autos, na fase de cumprimento de sentença por intermédio de carta com Aviso de Recebimento.

8. (2023)

O Código de Processo Civil dedicou capítulo próprio para tratar das normas fundamentais do processo civil. Mais do que meras diretrizes interpretativas, as normas fundamentais possuem força cogente e repercutem na aplicação de diversos institutos processuais.

A respeito do tema, é correto afirmar que

(A) a boa-fé processual impõe às partes o dever de adotar comportamento ético e leal no curso do processo, tratando-se de irradiação do princípio da boa-fé objetiva, oriundo do Direito privado.

(B) o dever de fundamentação das decisões judiciais impede o uso da fundamentação per relationem, a qual é refutada pelo Superior Tribunal de Justiça após o advento do CPC de 2015.

(C) em razão da obrigatoriedade da observância da ordem cronológica de conclusão, juízes e tribunais, em nenhuma hipótese poderão proferir decisões que não sigam tal ordem, sob pena de nulidade da decisão e responsabilização administrativa e civil do magistrado prolator.

(D) conquanto se trate de direito fundamental, a duração razoável do processo não foi reaplicada expressamente como norma fundamental do processo civil, pelo que sua aplicação é restrita aos processos de natureza penal.

(E) em nome do contraditório prévio, ressalvadas as matérias sobre as quais pode decidir de ofício, é vedado ao magistrado decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar.

9. (2022)

Em razão de indícios de irregularidades cometidas pelo gestor Caio, foi instaurado processo de fiscalização pela Controladoria-Geral da União.

Entendendo que o seu direito à ampla defesa não estava sendo observado, Caio intentou demanda para obter a invalidação judicial do processo administrativo, requerendo, a título de tutela provisória, a sua suspensão.

Tomando contato com a petição inicial, o juiz reputou presentes os requisitos legais para a concessão da liminar, determinando a suspensão do processo administrativo.

Vindo a tomar conhecimento do fato, Tício, outro gestor cuja atuação estava sendo fiscalizada pela Controladoria-Geral da União em processo administrativo distinto, entendendo que o seu direito à ampla defesa também havia sido violado, pleiteou o ingresso no polo ativo no feito em que Caio figurava como demandante, além da extensão, em seu favor, da tutela provisória originalmente concedida. Observando que o mesmo vício no processo administrativo respectivo parecia configurado, o juiz da